

# Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32  
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 6.343.391 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 55.536.519

mil, Ativos Totais de R\$ 61.884.738 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 3.641.689 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

### Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				Conselho de Administração e Diretoria			
Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>		<b>5.923.769</b>	<b>3.156.101</b>	<b>Circulante</b>		<b>2.736.256</b>	<b>1.943.788</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	830.137	391.564	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar	16a	2.614.707	1.852.354
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	7	2.718.628	925.315	Impostos e Contribuições a Recolher	17g	105.149	75.036
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber	16a	2.374.611	1.838.829	Outros Passivos		16.400	16.398
Outros Ativos		393	393	<b>Não Circulante</b>		<b>3.611.963</b>	<b>3.190.602</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>55.960.969</b>	<b>54.409.642</b>	Passivos Fiscais Diferidos	17e	582.158	401.736
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	7	-	1.304.571	Provisões Contingentes	9b	3.029.805	2.788.866
Depósitos Judiciais	9b	3.001.261	2.761.064	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>55.536.519</b>	<b>52.431.353</b>
Ativos Fiscais Diferidos	17c	1.045.976	979.383	Capital Social	10a	27.500.000	27.500.000
Tributos a Compensar ou a Recuperar	17f	855.500	951.611	Reservas de Lucros	10d	27.521.004	24.904.828
<b>Investimentos</b>	8	<b>51.058.432</b>	<b>48.413.013</b>	Outros Resultados Abrangentes		515.515	26.525
<b>Total do Ativo</b>		<b>61.884.738</b>	<b>57.565.743</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>61.884.738</b>	<b>57.565.743</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	Nota	2025	2024
<b>Receitas Operacionais</b>		<b>6.423.385</b>	<b>4.705.123</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	8	6.281.703	4.612.764
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	11	129.239	90.799
Outras Receitas Operacionais	14	12.443	1.560
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>(388.617)</b>	<b>(272.351)</b>
Despesas Gerais e Administrativas	13	(412)	(691)
Despesas Tributárias	12	(388.205)	(271.660)
<b>Resultado Financeiro</b>	15	<b>359.437</b>	<b>277.902</b>
Receitas Financeiras		600.375	467.324
Despesas Financeiras		(240.938)	(189.422)
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>		<b>6.394.205</b>	<b>4.710.674</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	17a	(50.814)	(120.823)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>6.343.391</b>	<b>4.589.851</b>
Lucro Líquido por lote de mil ações em R\$	10b	0,81	0,59

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2025	2024	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>6.394.205</b>	<b>4.710.674</b>	
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:</b>			
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.281.703)	(4.612.764)	
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	(270.678)	(208.418)	
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>(158.176)</b>	<b>(110.507)</b>	
(Aumento)/Redução em Outros Ativos e Outras Obrigações	374.075	320.264	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(108.616)	(102.693)	
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais</b>	<b>107.283</b>	<b>107.064</b>	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>			
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	2.943.485	1.856.998	
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos</b>	<b>2.943.485</b>	<b>1.856.998</b>	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>			
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(2.612.195)	(2.846.474)	
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(2.612.195)</b>	<b>(2.846.474)</b>	
<b>(Aumento)/Redução Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>438.573</b>	<b>(882.412)</b>	
Início do Exercício	391.564	1.273.976	
Fim do Exercício	830.137	391.564	
<b>(Aumento)/Redução Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>438.573</b>	<b>(882.412)</b>	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
Eventos	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>27.500.000</b>	-	<b>2.827.809</b>	<b>19.768.857</b>	<b>1.089.569</b>	-	<b>51.186.235</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	4.589.851	4.589.851
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(1.063.044)	-	(1.063.044)
<b>Resultados Abrangentes do Exercício</b>	-	-	229.493	2.078.669	-	(2.308.162)	<b>3.526.807</b>
Destinações: - Reservas	-	-	-	-	-	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(2.281.689)	(2.281.689)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>27.500.000</b>	-	<b>3.057.302</b>	<b>21.847.526</b>	<b>26.525</b>	-	<b>52.431.353</b>
Aumento de Capital	2.362.490	(2.362.490)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	6.343.391	6.343.391
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	488.990	-	488.990
<b>Resultados Abrangentes do Exercício</b>	-	-	-	-	-	-	<b>6.832.381</b>
Destinações: - Reservas	-	-	317.170	2.384.532	-	(2.701.702)	-
- Dividendos Declarados com Reservas	-	-	-	(85.526)	-	-	(85.526)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(3.641.689)	(3.641.689)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>29.862.490</b>	<b>(2.362.490)</b>	<b>3.374.472</b>	<b>24.146.532</b>	<b>515.515</b>	-	<b>55.536.519</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2025	2024	
<b>Lucro Líquido</b>	<b>6.343.391</b>	<b>4.589.851</b>	
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>488.990</b>	<b>(1.063.044)</b>	
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Coligadas e Controladas	297.290	(811.070)	
Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros	290.454	(381.779)	
Efeito dos Impostos	(98.754)	129.805	
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>6.832.381</b>	<b>3.526.807</b>	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

### 2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas, passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- Ativos Contingentes: são não reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

### 2.10) Patrimônio líquido

#### a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria. Não há fatores de diluição do lucro.

#### b) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição dos juros sobre o capital próprio/dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade.

#### 2.11) Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, certificados de depósitos Bancários, Letras Financeiras e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

#### 2.12) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Passivos Fiscais Diferidos". Os ativos fiscais diferidos sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o limite legal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é apurada a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos ativos fiscais diferidos, bem como os valores dos ativos fiscais diferidos não ativados, estão apresentados na Nota 17.

#### 2.13) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

#### 2.14) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

#### 2.15) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas.

## 3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

### a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:

Alterações do CPC 02 - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em setembro de 2024, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. Estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não foram identificados impactos para Sociedade.

### b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A norma, emitida em dezembro de 2025 introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financeiros - e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas explicativas. Exige maior transparência para as despesas operacionais e apresenta requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O CPC 51 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos destas normas.
- Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 - Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza. As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de "uso próprio", permitindo a contabilização de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem o impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, com a possibilidade de aplicação antecipada. A Sociedade está avaliando os impactos destas normas.

## 4) ESTIMATIVAS E JÚRGENOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

### Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuamos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e qual severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

### Provisões e passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

### Reconhecimento de ativos fiscais diferidos

O reconhecimento de ativos fiscais diferidos é feito quando há disponibilidade de lucro tributável futuro para consumo do ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias dedutíveis, Base Negativa de Contribuição Social e prejuízo fiscal.

## 5) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

continua...



# Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32  
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Fundos de Investimentos (1).....	115.215	102.712
Certificados de depósitos bancários (1).....	714.922	288.852
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b> .....	<b>830.137</b>	<b>391.564</b>

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foram consideradas como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, inclusive contando com resgates automáticos diários. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

### 7) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a (i) 16.962.687 ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale S.A. (Vale), recebidas pela redução de capital da investida Bradespar, classificadas como Nível 1 cujo valor justo em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.220.635 (2024 - R\$ 925.315), sendo o custo de R\$ 682.896 (2024 - R\$ 682.896), e o ajuste a valor justo de R\$ 537.739 (2024 - R\$ 242.419); e (ii) aplicações em Letras Financeiras, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., com vencimento em 2 de junho de 2026, classificado como Nível 3, ao valor justo de R\$ 1.497.993 (2024 - R\$ 1.304.571), sendo o valor de custo atualizado R\$ 1.496.048 (2024 - R\$ 1.297.761) e marcação ao valor justo de R\$ 1.945 (2024 - R\$ 6.810).

### 8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
				ON	PN		2025	2024	2025	2024
Banco Bradesco S.A. (1).....	87.100.000	178.415.153	23.672.706	2.430.313	1.292	22,96	40.997.436	38.609.492	5.320.879	3.827.235
NCF Participações S.A. ("NCF").....	11.335.195	21.949.229	2.304.110	1.430.717	-	39,51	8.671.987	8.299.099	882.867	290.578
Bradespar S.A. (3) (4).....	5.600.125	7.647.771	546.993	50.695	340	12,98	992.895	1.101.380	61.250	469.820
Titanium Holdings S.A. ("Titanium").....	410.320	757.832	87.548	52.014	-	47,00	356.173	363.101	16.707	25.313
Ágio - Titanium (5).....	-	-	-	-	-	-	35.525	35.525	-	-
Ágio - Bradesco (5).....	-	-	-	-	-	-	4.416	4.416	-	-
<b>Total</b> .....							<b>51.058.432</b>	<b>48.413.013</b>	<b>6.281.703</b>	<b>4.612.764</b>

(1) Dados relativos às demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2025;  
(2) Considera os resultados apurados pelas investidas e juros sobre o capital próprio deliberado com base no resultado das investidas no valor de R\$ 3.831.539 (2024 - R\$ 2.657.358), incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;  
(3) A Administração possui avaliação que demonstra que a Sociedade possui influência significativa na investida, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;  
(4) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial do investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Sociedade (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental), não tendo indícios de *impairment* para os períodos apresentados; e  
(5) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

### 9) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

#### a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

#### b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Sociedade é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da COFINS, dos Juros sobre o Capital Próprio, (ii) a não tributação das receitas financeiras, e (iii) Mudança nas bases de cálculo de PIS/COFINS de regime não cumulativo para o cumulativo. Os valores dos tributos relacionados aos passivos contingentes são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrados na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 3.001.261 (2024 - R\$ 2.761.064).

A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

A Sociedade não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

#### Provisões contingentes

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
<b>No início do exercício</b> .....	<b>2.788.866</b>	<b>2.785.873</b>
Atualização monetária.....	240.939	189.416
Constituições líquidas de (reversões e baixas).....	-	(186.423)
<b>No final do exercício</b> .....	<b>3.029.805</b>	<b>2.788.866</b>

As provisões referentes às ações judiciais da Sociedade são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

#### c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2025, R\$ 37.544 (2024 - R\$ 32.536) para os processos fiscais.

O principal processo fiscal com essa classificação é:

- Cobranças atreladas ao não reconhecimento, pelo Fisco, de compensações de débitos com créditos de IRPJ/CSLL, PIS/COFINS, bem como créditos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, gerados em exercícios anteriores, cujo valor em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 32.126 (2024 - R\$ 26.661).

### 10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Composição do capital social em ações

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 27.500.000 (2024 - R\$ 27.500.000) é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro (em quantidade)	
	2025	2024
Ordinárias.....	7.841.959.524	7.841.959.524
<b>Total</b> .....	<b>7.841.959.524</b>	<b>7.841.959.524</b>

Em 29 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Sociedade no montante de até R\$ 2.363.490, cuja integralização de 100% do valor das ações subscritas, sendo realizadas em três parcelas: a primeira parcela integralizada em 30 de janeiro de 2026 e as demais com vencimento em 30 de abril de 2026 e 31 de julho de 2026, mediante a utilização de créditos decorrentes de Juros sobre o Capital Próprio previamente declarados no exercício de 2025 pela Sociedade e com pagamento agendado para as referidas datas, ou em moeda corrente.

#### b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
<b>Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores</b> .....	<b>6.343.391</b>	<b>4.589.851</b>
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	7.841.960	7.841.960
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	0,81	0,59

#### c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

#### d) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Reserva legal (i).....	3.374.472	3.057.302
Reserva estatutária (ii).....	24.146.532	21.847.526
<b>Total</b> .....	<b>27.521.004</b>	<b>24.904.828</b>

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e  
(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

### 16) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

#### a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	<b>Ativos:</b>							
Caixa/disponibilidades.....	-	-	714.922	288.852	-	-	714.922	288.852
Aplicações financeiras.....	-	-	1.497.993	1.304.571	-	-	1.497.993	1.304.571
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber.....	-	-	2.317.848	1.831.085	-	-	2.374.611	1.838.829
<b>Passivos:</b>								
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.....	2.188.838	1.562.434	-	-	425.869	289.920	2.614.707	1.852.354

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
	Receitas/((despesas) de juros sobre capital próprio (3).....	(3.036.067)
Receitas de aplicação.....	-	-
<b>Total</b> .....	<b>272.417</b>	<b>198.646</b>

(1) Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade de Deus") e Fundação Bradesco ("Fundação");

(2) Bradesco, Bradespar, NCF e Titanium; e

(3) As despesas de JCP são reclassificadas para o Patrimônio Líquido.

#### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Assembleia de 29 de abril de 2025, deliberou pela não fixação de remuneração para os Administradores. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi aprovado o valor máximo de R\$ 101, destinado à Remuneração dos Administradores.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
	Remuneração de curto e médio prazo.....	28
<b>Total</b> .....	<b>28</b>	<b>84</b>

A Sociedade não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

### 17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
	<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b> .....	<b>6.394.205</b>
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) às alíquotas vigentes.....	(2.174.030)	(1.601.629)

#### Efeito no cálculo dos tributos:

Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	2.135.779	1.568.340
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	51.962	40.170
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber).....	(1.302.723)	(903.502)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar).....	1.238.174	775.774
Outros valores.....	24	24
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b> .....	<b>(50.814)</b>	<b>(120.823)</b>

#### b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
	<b>Impostos correntes:</b>	
<b>Imposto de renda e contribuição social devidos</b> .....	<b>(35.740)</b>	<b>(84.711)</b>
<b>Impostos diferidos:</b>		
Constituição/realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias.....	253	202
<b>Utilização de saldos iniciais de:</b>		
Base negativa de contribuição social.....	(4.057)	(9.613)
Prejuízo fiscal.....	(11.270)	(26.701)
<b>Total dos impostos diferidos</b> .....	<b>(15.074)</b>	<b>(36.112)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b> .....	<b>(50.814)</b>	<b>(120.823)</b>

#### c) Origem dos ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro			
	2024	Constituição	Realização	2025
	Provisões fiscais.....	933.537	81.919	-
Outros.....	5.379	23	(22)	5.380
<b>Total dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias</b> .....	<b>938.916</b>	<b>81.942</b>	<b>(22)</b>	<b>1.020.836</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.....	40.467	-	(15.327)	25.140
<b>Total dos ativos fiscais diferidos</b> .....	<b>979.383</b>	<b>81.942</b>	<b>(15.349)</b>	<b>1.045.976</b>
Passivos fiscais diferidos (Nota 17e).....	401.736	180.422	-	582.158
<b>Ativos fiscais líquidos dos passivos fiscais diferidos</b> .....	<b>577.647</b>	<b>(98.480)</b>	<b>(15.349)</b>	<b>463.818</b>

#### d) Projeção de realização dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal		Base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social			
	2026	2027	2028	2029	2026	2027	
.....	1.353	487	11.727	4.222	17.789		
.....	1.302	469	6.758	2.433	10.962		
.....	1.302	469	-	-	1.771		
.....	746.658	268.796	-	-	1.015.454		
<b>Total</b> .....	<b>750.615</b>	<b>270.221</b>	<b>18.485</b>	<b>6.655</b>	<b>1.045.976</b>		

A projeção de realização dos ativos fiscais diferidos é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos ativos fiscais diferidos, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 927.683 (2024 - R\$ 856.012), sendo: R\$ 903.423 (2024 - R\$ 822.592) de diferenças temporárias e R\$ 24.260 (2024 - R\$ 33.420) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

#### e) Passivos fiscais diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2024	Constituição	Realização	2025
	Atualização de depósitos judiciais.....	316.999	81.667	-
<b>Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias</b> .....	<b>316.999</b>	<b>81.667</b>	<b>-</b>	<b>398.666</b>
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	84.737	98.755	-	183.492
<b>Total dos impostos diferidos (Nota 17c)</b> .....	<b>401.736</b>	<b>180.422</b>	<b>-</b>	<b>582.158</b>

#### f) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 855.300 (2024 - R\$ 951.611), referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

#### g) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 105.149 (2024 - R\$ 75.036), referem-se a PIS e COFINS.

### 18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024; e  
b) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.



...continuação

# Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32  
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco-SP

## ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

#### Vice-Presidente

Alexandre da Silva Glüher

#### Membros

Denise Aguiar Alvarez  
Maurício Machado de Minas  
Octavio de Lazari Junior  
Rubens Aguiar Alvarez

Rogério Pedro Câmara  
Marcelo de Araújo Noronha  
Cassiano Ricardo Scarpelli

### DIRETORIA

#### Diretor-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

#### Diretor Vice-Presidente

Alexandre da Silva Glüher

#### Diretores

Denise Aguiar Alvarez  
Rubens Aguiar Alvarez  
Maurício Machado de Minas

Vinicius Panaro  
Contador - CRC 1SP324844/O-6

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

### Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

Osasco - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6

Cláudio Rogélio Sertório  
Contador CRC 1SP212059/O-0

